

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ**

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024

PROCESSO ELETRÔNICO nº: 1596/2022

CRISTAL CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, Inscrita no CNPJ nº 52.393.142/0001-60, com sede na Rodovia Ernani do Amaral Peixoto, nº 23.402, São José do Imbassai – Maricá, Rio de Janeiro – RJ, CEP. 24.900-065, vem à presença de Vossa Senhoria, conforme regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislações correlatas, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, os Decretos Municipais nºs 881/2022; 882/2022; 914/2022; 921/2022; 936/2022 e 937/2022 e demais exigências deste Edital, com supedâneo no art. 5º, inciso XXXIV, alínea “a”, da Constituição da República cumulado com o para solicitar e apresentar:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024, de diferido PROCESSO ELETRÔNICO nº: 1596/2022, cujo objeto corresponde à *“contratação de empresa para aquisição de bem, denominado mobiliário urbano com um sistema de captação de luz solar para obtenção de eletricidade “Árvores Fotovoltaicas”, a serem instaladas em diversos locais públicos no âmbito do Município de Maricá, conforme as especificações constantes deste Edital e/ou do Termo de Referência.”*, consoante as razões adiante aduzidas:



E-mail: cristal.juridico@hotmail.com
Endereço: Rodovia Ernani do Amaral Peixoto, nº 23.402, São José do Imbassai – Maricá, Rio de Janeiro. Cep.: 24.900-065
CONTATO:(21)95937-2322

DA IMPUGNAÇÃO

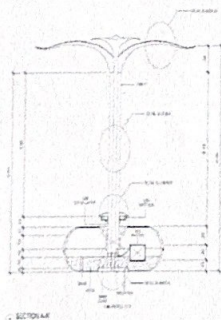
Primeiramente, ficamos pensando aqui antes de adentrar nas inconformidades do Edital como esse Ilmo. Secretario poderá explicar ao Tribunal de Contas (ao qual direcionaremos esta impugnação), o porquê de ao final de um Mandato, ao apagar das luzes, publicar um edital no valor de **R\$ 2.666.730,00 (dois milhões, seiscientos e sessenta e seis mil e setecentos e trinta reais)**, de um processo que se iniciou em 2022, qual serio o interesse público envolvido que ainda persiste há 02 (dois) anos? Por que não foi licitado antes? Como se justifica ou se chegou a um balizamento de preços, considerando que em uma breve pesquisa, sem consultar PNCP e nem fornecedores, chegamos ao valor mediano de R\$ 50.000,00.

A guisa de ilustração, colacionamos alguns modelos encontrados em uma rápida busca no Google e compare os preços:

- Maricá: R\$133.336,50
- Outras: R\$ 89.900,00; R\$ 26.900,00; R\$80.672,00

Destacamos que aqui nem precisamos confeccionar uma tabela comparativa e nem ter o trabalho de especificar a fonte, basta uma pequena busca. Vejam as figuras colacionadas abaixo:

ARVORES MARICÁ



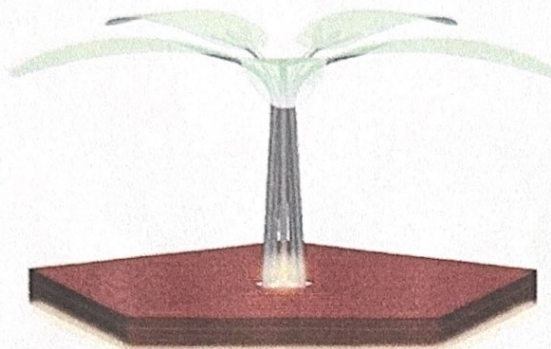
R\$133.336,50 (UNIDADE)

ARVORES PESQUISADAS

E-mail: cristal.juridico@hotmail.com

Endereço: Rodovia Ernani do Amaral Peixoto, nº 23.402, São José do Imbassai – Maricá, Rio de Janeiro. Cep.: 24.900-065

CONTATO:(21)95937-2322



R\$ 89.900,00 (UNIDADE)



Árvore Solar - Totem Smart

~~R\$ 48.000,00~~ R\$ 26.900,00

R\$ 26.900,00 (UNIDADE)

Signature

E-mail: cristal.juridico@homail.com
Endereço: Rodovia Ernani do Amaral Peixoto, nº 23.402, São José do Imbassai – Maricá, Rio de Janeiro. Cep.: 24.900-065
CONTATO:(21)95937-2322



RS\$80.672,00 (UNIDADE)

Dessa forma, para não dizer que pode haver um sobrepreço, (*quando o preço orçado para licitação se encontra em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado*) verifica-se que uma falha na pesquisa de preços ou as fontes de pesquisa utilizadas não refletem de forma fidedigna os preços praticados no mercado.

Trata-se de um conselho, que não deve ser visto como uma admoestação, mas esse Gestor Público deve se orientar melhor quanto à Súmula TCE/RJ nº 02. Vejamos:

As pesquisas de mercado realizadas previamente às contratações no âmbito da Administração Pública não devem se limitar a cotações obtidas junto a potenciais fornecedores, devendo obedecer aos critérios de amplitude e diversificação, de maneira a possibilitar o acesso a fontes de pesquisa variadas e a obtenção das melhores condições de preço, respeitadas as limitações decorrentes da especificidade do objeto contratual.

E-mail: cristal.juridico@hotmail.com

Endereço: Rodovia Ernani do Amaral Peixoto, nº 23.402, São José do Imbassaí – Maricá, Rio de Janeiro. Cep.: 24.900-065

CONTATO: (21) 95937-2322

Em caso de Representação por nossa empresa, após a passagem pela primeira linha de defesa, essa Secretaria, poderá ser comprovado que supostamente, nesse cenário, não se realizou pesquisa de preços adequada, em inobservância à Súmula nº 2 do TCE-RJ, tendo em vista i) o momento temporal em que a licitação é realizada; ii) a quantidade de bens ou serviços objeto da contratação (economia de escala); e iii) as condicionantes logísticas que NÃO afetam a entrega do bem pelo futuro contratado à essa Secretaria de Iluminação Pública.

Além desse assunto trazido à baila, ficamos nos indagando da deficiência do Estudo Técnico Preliminar. Para isso, fomos em busca dessa peça fundamental para atingir um dos objetivos da licitação que é “assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto”.

Pausa para um destaque: “até agora estamos nos perguntando ao ler o ETP: “estamos falando de uma licitação da Secretaria de Iluminação Pública ou da de Meio Ambiente?

Vejamos alguns excertos do Estudo Técnico Preliminar:

Além disso, as áreas de convivência com mais movimentação do município carecem de locais com disponibilidade de tecnologia capaz de atender necessidades que se mostram atuais da população, como o carregamento de celular, por exemplo. Dessa forma, evidencia-se a necessidade de aquisição de árvores fotovoltáicas, que além de atender às necessidades de conforto e qualidade de vida, promovam a atualização e adequação das infraestruturas físicas dos locais de convivência do município.

Pera ai!! As arvores seriam só para carregar celular? Vamos adiante...



A expectativa desta contratação é, portanto, duplamente benéfica, contribuindo para levantar o padrão da infraestrutura urbana do município e, simultaneamente, impactar positivamente na qualidade de vida e no fomento de utilização de energia

E-mail: cristal.juridico@hotmail.com

Endereço: Rodovia Ernani do Amaral Peixoto, nº 23.402, São José do Imbassai – Maricá, Rio de Janeiro. Cep.: 24.900-065

CONTATO:(21)95937-2322

limpa. A compra de árvores fotovoltaicas marca o comprometimento da administração municipal com a qualidade de vida, bem como o estímulo no uso de energias renováveis.

Aqui trata-se de um “resumo do obvio e síntese do nada”. Nada diz, nada se resume, nada se compreende.

Hum, aqui o Tribunal vai amar..., mas espero que a Segunda Linha de Defesa, ao ler esse trecho se manifeste. Vejamos que lindo.

Mobiliário urbano solar de 4 pétalas, possuidor de patente, já comercializado e testado, com estrutura em alumínio, superfície da base em madeira plástica, 4 painéis solares, sendo totalmente autônomo, com iluminação via fitas de LED Neon flex, sensor iluminação, e bateria estacionária.

Ah, falar em patente, por acaso nos lemos a resposta dessa Secretaria à empresa Solar Terra Engenharia Ltda., no que tange à retirada da patente. Confere-se:

No que tange a retirada da previsão de patente das especificações do objeto, não há razão de ser acolhida, de forma que um produto patenteado não tem rótulo de exclusividade em sua comercialização, a certidão de registro da marca no INPI confere a seu detentor o direito de utilizar exclusivamente o bem patenteado, mas não exclui a possibilidade de autorizar sua comercialização por terceiros.

Também, a jurisprudência jogada ao léu, as quais versam sobre inexigibilidade de licitação em remédios, que não tem nada a ver com o caso em mote, considerando que se trata de uma descrição patenteada por uma empresa a ser vencedora da licitação ou sua representante.

Outro ponto que também chama atenção é a omissão da d. Procuradoria Municipal, a qual com a novel legislação tem o dever de emitir parecer conclusivo, mas se omite referenciando a necessidade de motivação e a outros pareceres anteriormente emitidos que versam sobre essa necessidade.



Logo, parece-nos que a devida motivação do órgão consulente deve perpassar pela ponderação in-
tocante à imprescindibilidade ou não da exigência de patente na especificação do objeto. A esse respeito,
reiteramos todo o exposto em pareceres e despachos constantes no processo administrativo de origem, no
sentido de que: a) é vedada a realização de indicações ou favorecimentos, ainda que indiretos, a uma marca ou a
um único fornecedor; b) são inadmitidas restrições ao caráter competitivo; c) a fase preparatória exige a
motivação circunstanciada das condições do edital (art. 18, IX). Como se não bastasse, também já fora
reiteradamente abodado que as exigências constantes na licitação são provenientes de uma adequada fase
preparatória, norteadas pelo estudo técnico preliminar (artigo 18, §1º, da lei 14.133/21) que consubstancie as
especificações técnicas.

Aqui já infartamos. Pá de cal: Vamos até colacionar, nem reproduzir.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado para a aquisição de árvores fotovoltaicas para instalação em áreas
públicas da cidade de Maricá, pela Secretaria de Iluminação Pública, envolveu a análise de
diversas soluções de contratação disponíveis entre os fornecedores e os órgãos públicos. As
principais soluções identificadas são:

Contratação direta com o fornecedor: Esta opção envolveria a aquisição do produto
diretamente de fabricantes ou distribuidores do objeto pretendido, sem intermediários.

(...)

Após análise detalhada das opções disponíveis, considera-se a contratação direta com o
fornecedor como a solução mais adequada para atender às necessidades desta contratação. A
possibilidade de negociação direta com os fabricantes ou distribuidores autorizados promove

Se a solução encontrada é a contratação direta com o fabricante ou seu
representante, então se deduz que se trata de uma licitação direcionada?

Mas será que a licitação esta direcionada? Vejamos:

As quantidades estimadas versam sobre utilização prováveis e remete ao artigo
82 Registro de Preços? E ainda: “sem qualquer direcionamento à marca específica”?
A escolha dos locais foi por meio de estudo? Qual estudo? O deficitário ETP, que na
verdade é um Termo de Referência, direcionado a uma determinada empresa não traz
em seu bojo esse estudo. Onde será que está? Ao Tribunal que no leiam, onde será que
está? Pergunto também a essa Coordenadoria Setorial de Auditoria, que nos lê por meio
de Representação. Fora isso, qual a solução escolhida, considerando que só foi abordada

E-mail: cristal.juridico@hotmail.com

Endereço: Rodovia Ernani do Amaral Peixoto, nº 23.402, São José do Imbassai – Maricá, Rio de
Janeiro. Cep.: 24.900-065

CONTATO:(21)95937-2322



a solução de contratação, que será com a empresa detentora da Patente ou sua Representante.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A referida Planilha, contendo a descrição dos itens que compõem o objeto do presente processo, apresenta as especificações completas do item que será adquirido, bem como a indicação da unidade e quantidade estimada, em função do consumo e utilização prováveis, sem qualquer direcionamento à marca específica, nos termos do art. 82 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

Importante ressaltar que a escolha dos locais para implantação das árvores solares se deu através de estudo que levou em consideração a infraestrutura já disponibilizada nos locais, o trânsito de pessoas que utilizam as praças e orlas como áreas de convívio e recreação e a incidência de raios solares, sendo este último requisito considerado essencial para o pleno funcionamento do objeto pretendido.

Vamos pular esse ETR (Estudo Termo de Referência) e vamos adentrar em outras questões.

Pois bem. Analisando o ETP, pode-se verificar que a pesquisa de preços foi baseada em apenas 3 fornecedores: i) R8 Soluções Ltda., que cotou por unidade o valor **R\$ 142.850,00** (cento e quarenta e dois mil, oitocentos e cinquenta reais); ii) **Ergon Projetos Ergonomia e Design Ltda.**, que cotou por unidade o valor **R\$ 147.500, 00** (cento e quarenta e sete mil e quinhentos reais); e iii) **Mercolux Energia Renovável Ltda.**, que cotou por unidade o valor **R\$ 155.200, 00** (centos e cinquenta e cinco mil e duzentos reais).

Como todo licitante e Impugnante é curioso, e como lembramos dos ditames da legislação no tocante a pesquisa com fornecedores, indagamos? Mas primeiro vejamos o que diz a legislação em seu art. 23, §1º, inc. IV.:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

(...)

E-mail: cristal.juridico@hotmail.com

Endereço: Rodovia Ernani do Amaral Peixoto, nº 23.402, São José do Imbassai – Maricá, Rio de Janeiro. Cep.: 24.900-065

CONTATO:(21)95937-2322



§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

(...)

IV - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

Pelo que especifica a legislação, os pressupostos/requisitos para pesquisa direta com, no mínimo, 3 fornecedores, são: a) mínimo 3 fornecedores; b) solicitação formal; c) justificativa da escolha dos fornecedores e d) até 6 meses.

Assim: mínimo 3 fornecedores (ok); solicitação formal (ok); justificativa da escolha dos fornecedores (pendente, não há justificativa para escolha dos fornecedores); orçamentos obtidos com mais de 06 meses de antecedência da data de divulgação (pendente, as datas da cotação são de **08/01/2024** – Ergon Projetos Ergonomia e Design Ltda / **08/02/2024** – R8 Soluções Ltda. / **08/02/2024** - Mercolux Energia Renovável Ltda).



COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

AVISO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2024
Processo Administrativo n.º 1596/2022

O Pregoeiro do Município de Maricá informa: Contratação de empresa para aquisição Árvores Fotovoltaicas, para instalação em diversos locais públicos no âmbito do Município de Maricá contratação de empresa para aquisição de bem, denominado mobiliário urbano com um sistema de captação de luz solar para obtenção de eletricidade "Árvores Fotovoltaicas", a serem instaladas em diversos locais públicos no âmbito do Município de Maricá. Data de realização do certame: 03/10/2024, às 10h na plataforma Compras.gov. Os interessados em retrair o Edital deverão acessar o site eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras), através do Portal de Transparência do Município de Maricá <https://www.marica.rj.gov.br> ou pelo e-mail: maricacpl@gmail.com. Maiores informações pelo e-mail maricacpl@gmail.com, Telefones: 3731-2067 | 2637-2053 | 2637-2054 | 2637-2055 | 2637-3706 | 2637-4208.

Republicação.

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

AVISO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2024 - REMARCAÇÃO
Processo Administrativo n.º 1596/2022

Objeto: Contratação de empresa para aquisição Árvores Fotovoltaicas, para instalação em diversos locais públicos no âmbito do Município de Maricá contratação de empresa para aquisição de bem, denominado mobiliário urbano com um sistema de captação de luz solar para obtenção de eletricidade "Árvores Fotovoltaicas", a serem instaladas em diversos locais públicos no âmbito do Município de Maricá. O Pregoeiro do Município de Maricá, no uso de suas atribuições, informa que o prego eletrônico supracitado que estava SUSPENSO será remarcado para o dia: 24/10/2024, às 10h na plataforma Compras.gov. Os interessados em retrair o Edital deverão acessar o site eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras), através do Portal de Transparência do Município de Maricá <https://www.marica.rj.gov.br> ou pelo e-mail: maricacpl@gmail.com. Maiores informações pelo e-mail maricacpl@gmail.com, Telefones: 3731-2067 | 2637-2053 | 2637-2054 | 2637-2055 | 2637-3706 | 2637-4208.

Dessa forma, não há justificativa para a escolha dos fornecedores e ainda os orçamentos obtidos com mais de 06 meses de antecedência da data de divulgação, meemos com a republicação, Atenção Controle interno (linha de defesa) estão dormindo?

Mas voltando à curiosidade, fomos pesquisar as empresas.

E-mail: cristal.juridico@hotmail.com

Endereço: Rodovia Ernani do Amaral Peixoto, nº 23.402, São José do Imbassai – Maricá, Rio de Janeiro. Cep.: 24.900-065

CONTATO:(21)95937-2322

Edital solicita que as empresas apresentem resultado inferior a 1 (um por cento) no Índice de Liquidez Geral (ILG), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação, ou seja, 5% de R\$ 2.666.730,00 (dois milhões, seiscentos e sessenta e seis mil e setecentos e trinta reais), que seria por volta de R\$ 280.000, 00. Vamos verificar qual tem capital social?

R8 Soluções Ltda

CAPITAL SOCIAL:

R\$ 20.000,00

Localizada na BARRA DA TIJUCA

Não tem nome legível e nem carimbo.

Rio de Janeiro Data: 08/02/2024

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CARIMBO COM CNPJ)
NOME LEGÍVEL E CPF

ORÇAMENTO INVALIDO!!

Ergon Projetos Ergonomia e Design Ltda

Empresa especializada em design, avaliação da confiabilidade Humana no controle de processos, e em projetos ergonômicos de Centros de Controle e ambientes de trabalho diferenciados.

CAPITAL SOCIAL:

R\$ 300.000,00

Localizada na BARRA DA TIJUCA

COMERCIAL E DE 60 (SESENTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DE SUA EMISSÃO, OBSERVADO NO ART. 6º DA LEI FEDERAL Nº

CIDADE, Rio de Janeiro 2024

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CARIMBO COM CNPJ)
Verônica Maria Corrêa Junior 89188731734

32.364.242/0001-50
ERGO PROJETO
Av. Fernando Muller, 280 Sala 101
BARRA DA TIJUCA CEP 22.671-490
RIO DE JANEIRO - RJ

NÃO UTILIZAR ESTE ESPAÇO

Preencheu com o nome e ainda colocou carimbo... Parabéns!

Mercolux Energia Renovável Ltda

CAPITAL SOCIAL:

R\$ 100.000,00

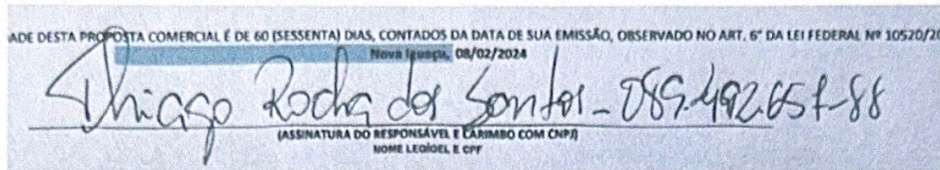
Comércio varejista de material elétrico

Fala carimbo!

E-mail: cristal.juridico@homail.com

Endereço: Rodovia Ernani do Amaral Peixoto, nº 23.402, São José do Imbassai – Maricá, Rio de Janeiro. Cep.: 24.900-065

CONTATO:(21)95937-2322



ORÇAMENTO INVALIDO!!

Não considere uma ameaça, mas um conselho amigável, as empresas pesquisadas para composição dos preços, também são consideradas licitantes nos termos utilizados pela lei (art. 6º, IX - licitante: pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório, sendo-lhe equiparável, para os fins desta Lei, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta, podendo sofrer as sanções administrativas, inclusive as impostas pelo TCE.

Quanto à pesquisa de preços, resumimos que apenas foi realizada uma pesquisa de preços onde se chegou em alguns fornecedores que não tem sequer documentos para apresentar, ou seja, não consta uma pesquisa de preços válida nos autos.

Inacreditável esse dispositivo no Edital, erro primário que não é possível inferir que um Secretário assume o erro grosseiro de forma acintosa, ou seja, admite que a pesquisa de preços foi calcada em empresas, mediante solicitação formal com o intuito de agilizar o processo. Será que esse Secretário não tem assessoria jurídica, pois assinou a própria sentença de morte! Como dispõe o art. 28, do Decreto – Lei nº 4.657/42 – Lei de Introdução às normas de Direito Brasileiro, o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro. Vejamos:

Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.

Para afirmar, o art. 12, do Decreto n.º 9.830/ 2019, dispõe que o agente público somente poderá ser responsabilizado por suas decisões ou opiniões técnicas se agir ou se omitir com dolo, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções: vejamos:

Art. 12. O agente público somente poderá ser responsabilizado por suas decisões ou opiniões técnicas se agir ou se omitir com dolo, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.

§ 1º Considera-se erro grosseiro aquele manifesto, evidente e inescusável praticado com culpa grave, caracterizado por ação ou omissão com elevado grau de negligência, imprudência ou imperícia.

Neste caso, quando especifica expressamente que obteve preço por meio de 3 (três) fornecedores, aos quais não tem qualquer documento capaz de demonstrar que são empresas capazes de participar do certame, além de não trazer nos autos qualquer justificativa para a escolha dos fornecedores, age com **ERRO GROSSEIRO**, infringindo os mandamentos do art. 23, §1º, inc. IV, Lei Federal nº 14.133/2021 c/c art. 7, §2º, inc. IV, Decreto nº 9.36/2022. *in verbis*:

Lei Federal nº 14.133/2021

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por

meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

[...]

IV - Pesquisa direta com no **mínimo 3 (três) fornecedores**, mediante solicitação formal de cotação, **desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores** e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

Decreto nº 9.36/2022

Art. 7º A Coordenadoria de Compras, ao receber o processo, deverá proceder à pesquisa ampla de preço, verificando a conformidade da documentação correspondente à pesquisa realizada.

[...]

§ 2º A pesquisa ampla de preços observará, sempre que possível, aos seguintes parâmetros:

[...]

IV - Pesquisa direta com no **mínimo 3 (três) fornecedores**, mediante solicitação formal de cotação, **desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores** e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

Além disso, recentemente o Tribunal de Contas da União – TCU decidiu, por meio do TCU – Acórdão n.º 3569/2023 – Segunda Câmara, que:

“para fins do exercício do poder sancionatório do TCU, pode ser tipificada como erro grosseiro (art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 - LINDB) a elaboração do orçamento estimado da licitação sem o dimensionamento adequado dos quantitativos e com base **em pesquisa de mercado exclusivamente junto a potenciais fornecedores**, sem considerar contratações similares realizadas

E-mail: cristal.juridico@hotmail.com

Endereço: Rodovia Ernani do Amaral Peixoto, nº 23.402, São José do Imbassai – Maricá, Rio de Janeiro. Cep.: 24.900-065

CONTATO: (21) 95937-2322

pela Administração Pública, propiciando a ocorrência de substancial sobrepreço no orçamento do certame”.

Lembrando que a licitante que enviar a proposta, mesmo para cotação, pela legislação considera-se LICITANTE, respondendo, inclusive criminalmente. Vejamos:

Art.6º (...)

IX - Licitante: pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório, sendo-lhe equiparável, para os fins desta Lei, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta;

Frustração do caráter competitivo de licitação

Art. 337-F. Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

Dessa forma, não ficou demonstrado que os preços de referência previstos no Pregão foram definidos após ampla pesquisa de mercado, com o uso de técnicas idôneas, bem como demonstre que houve avaliação crítica dos resultados obtidos na pesquisa conforme dispõem artigo 18, I, IV, IX e X, da LF nº14.133/2021, bem como a Súmula nº 02 do TCERJ e o Acórdão 403/2013 – Primeira Câmara (Informativo de Licitações e Contratos nº 139 - TCU);

Acho que estamos ficando quente. Quem será a licitante premiada no direcionamento? Não queremos citar nomes, mas haverá sinais!!!



Atestado de Capacidade Técnica

E-mail: cristal.juridico@hotmail.com
Endereço: Rodovia Ernani do Amaral Peixoto, nº 23.402, São José do Imbassai – Maricá, Rio de Janeiro. Cep.: 24.900-065
CONTATO:(21)95937-2322

No Estudo Técnico Preliminar no Item 07 - **JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO**, especifica que se trata de objeto comum disponível no mercado. Vejamos:

07 - JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO

I É tecnicamente viável dividir a solução?

Por se tratar de objeto que, embora tenha disponibilidade relativamente comum no mercado, o parcelamento do objeto poderá trazer riscos ao atendimento por completo dos locais contidos na memória de cálculo, visto que já foi objeto de primeira tentativa de licitação, que restou fracassada. Assim, ocorrendo novo certame fracassado em determinada parcela da solução, afetará sobremaneira no planejamento da disponibilização das árvores solares à população. **NÃO**

Pois bem, o edital solicita, em seu item (E) – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, que a empresa apresente atestado de que tenha realizado ao menos 5% do fornecimento do objetivo, ao qual supomos ser a parcela de valor significativo do objeto, mas não justifica o porquê dessa solicitação no ETP (art. 18, IX), nem tampouco aponta qual seria a parcela de valor significativo do objeto, considerando que o objeto é indivisível. Vejamos:

E.1 - Quanto à capacidade técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestado(s) e/ou certidão(ões) comprovando que a licitante tenha realizado ao menos 5% (cinco por cento) do fornecimento do objeto, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s), que comprovem aptidão para o desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação;

Outro ponto que merece destaque é que a novel legislação de licitações e contratos (Lei nº 14.133/2021), não prevê a previsão de atestado de capacidade técnica para fornecimento; portanto, numa interpretação literal não seria possível. In verbis:



Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

(...)

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

Sendo assim, apesar de não justificar a exigência de Atestado, sua parcela de valor significativo do objeto, ainda solicita Atestado de Capacidade Técnica para fornecimento, contrariando a legislação.

Por falar em parcela de valor significativo do objeto, a qual supomos ser o subitem E.1. do item (E) – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, traz outra ilegalidade de ser 5% do fornecimento do objeto. Mesmo que fosse possível solicitar Atestado de Fornecimento, não poderia ser superior a 4% do valor estimado da Contratação. Vejamos:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

(...)

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

Qual seria o valor correspondente a 4% do montante de R\$ 2.666.730,00 (dois milhões, seiscentos e sessenta e seis mil e setecentos e trinta reais), que seria R\$ 133.336,50 (cento e trinta e três mil, trezentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos), que coincidentemente equivale a uma unidade do licitado. Vergonhoso isso!



Exigência de Amostra

E-mail: cristal.juridico@homail.com

Endereço: Rodovia Ernani do Amaral Peixoto, nº 23.402, São José do Imbassai – Maricá, Rio de Janeiro. Cep.: 24.900-065

CONTATO:(21)95937-2322

homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.

Outro erro crasso consta no item 4. REQUISITO DA CONTRATAÇÃO, subitem 4.2, mas que na verdade não é um erro, trata-se de mais uma manobra visando defenestrar os licitantes do certame e participarem aquelas chamadas “coelhos” visando que a empresa direcionada seja vencedora do certame. Veja conosco:

- *Requisitos de Contratação:*

(...)

Como Critério para celebração do contrato, a Empresa Provisoriamente Vencedora, deverá apresentar a(s) amostra(s) licitadas em até 15 (quinze) dias após a realização das fases de habilitação e classificação das propostas, para análise na Secretaria de Iluminação Pública, localizada à Avenida Gilberto de Carvalho, 148 A – Lote C – Inoã – Maricá – RJ – CEP: 24922-000, para que a mesma, no prazo de 30 dias, apresente seu laudo técnico, aprovando ou não os itens licitados;

Ressaltamos, amostra só na fase de julgamento, devidamente justificada e que não cause ônus a Contratada!!!!

Poderíamos ainda aqui constar a falta de mapa de riscos da contratação, perante a tantas exigências não consta no ETP, bem como outras diversas inconformidades.

Mas a violação à competitividade, à ampla participação do certame estão tão explícitas que, por enquanto, não há necessidade de mais prolongamento.

Não precisamos ser muito extensivos e nem muito entendido em licitações para deduzir que se trata de um edital direcionado a alguma empresa, considerando que se mostra extremamente restritivo à participação de interessados, carreada de critérios excessivamente restritivos ou ilegais cometidos pela Administração extrapolando o disposto no art. 9 da lei federal nº 14.133/2021. Vejamos:



Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

E-mail: cristal.juridico@hotmail.com

Endereço: Rodovia Ernani do Amaral Peixoto, nº 23.402, São José do Imbassai – Maricá, Rio de Janeiro. Cep.: 24.900-065

CONTATO:(21)95937-2322

Ficamos aqui pensando...Vamos ao edital, especificadamente aos itens 12.10 e 12.12.1. A saber:

12.10 – O Pregoeiro poderá requisitar, a qualquer momento, do licitante provisoriamente vencedor, amostra(s) do(s) bem(ns) objeto da presente licitação, conforme justificativa no processo administrativo e na forma do Termo de Referência.

12.10.1 – Durante a licitação, em caso de divergência entre as referidas amostras e as especificações deste Edital e/ou do Termo de Referência, as propostas serão desclassificadas.

Primeiramente, com seria solicitar amostra de uma “Arvore Fotovoltaica”, que supostamente custa a unidade R\$ 133.336,50 (cento e trinta e três mil, trezentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos)? Não se pode impor um ônus excessivo à contratada, sendo que a exigência de amostra, além de ter que ser justificada no ETP, apenas incidi sobre poucos produtos de prateleira, de baixo custo e sem personalização, cuja apresentação não acarretaria ônus excessivo à participação no certame.

A propósito, não se pode exigir amostra “A QUALQUER MOMENTO”, apenas na fase de julgamento. Essa inclusão é uma manobra ardilosa para expurgar potenciais licitantes do certame. Confere-se:

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

(...)

IV - de julgamento;

(...)

§ 3º Desde que previsto no edital, na fase a que se refere o inciso IV do caput deste artigo, o órgão ou entidade licitante poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante

E-mail: cristal.juridico@hotmail.com
Endereço: Rodovia Ernani do Amaral Peixoto, nº 23.402, São José do Imbassai – Maricá, Rio de Janeiro. Cep.: 24.900-065
CONTATO:(21)95937-2322

I – Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

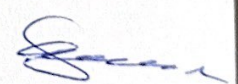
c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

[...]

III - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

No caso em tela, há vários critérios restritivos constantes nos itens em comento que caracterizam desvirtuamento do caráter competitivo da licitação, na medida de sua prevalência poderá eventualmente sinalizar privilégio ou preferências odiosas vedadas na legislação pátria, restando claro e indubitável que as referidas exigências restringem e frustram o caráter competitivo do certame por serem as regras estabelecidas direcionadas a uma única empresa.

Dessa forma, os itens em discussão violam o princípio da igualdade porque restringe a participação de várias empresas que cumprem a legislação em vigor, favorecendo por sua vez poucas empresas ou, **quicá, apenas uma empresa maculando o processo licitatório.** As exigências frustram o caráter competitivo da licitação, que visa sempre a participação do maior número de empresas, para garantir a melhor proposta de preço. Todas as empresas são obrigadas a cumprir o que é exigido por lei, como é o caso da ora denunciante, logo, a exigência aniquila por completo o princípio da igualdade.



DOS PEDIDOS

Diante do exposto, com base nos fatos e fundamentos expostos, a Impugnante vem mui respeitosamente perante esse nobre pregoeiro(a), requerer o que segue:

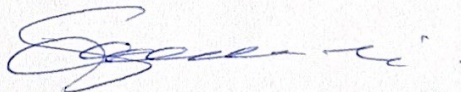
- a) Seja conhecido e deferido, de forma tempestiva, o pedido de impugnação;
- b) Seja **CANCELADO** o processo licitatório para que seja aberto um novo que possibilite a participação de mais interessadas, com as devidas alterações;
- c) Que caso não seja **CANCELADO** o Processo Licitatório, que apresente as razões devidamente justificadas em 03 (três) dias, divulgada no sítio eletrônico da prefeitura, na forma do art. 164, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- d) Ainda, requer que seja franqueado acesso às cópias integrais dos autos ou que seja enviado digitalizado para esta Instituição pelo e-mail **cristal.juridico@hotmail.com** dos autos de capa a capa, com fundamento no art. 5º, XIV, da CFRB, bem como na Lei nº 12.527/2011.art.11, §1 e 5º.

Por fim, apesar de todos os pontos acima destacados, estamos certos da lisura e bom senso dessa Ilmo. Comissão de Licitação, bem como do Ilmo. Secretário que irá reavaliar de maneira criteriosa o processo licitatório, fundamentando na forma da lei as deliberações para o **CANCELAMENTO** desse Edital vicioso, por ser ilegal. Entretanto, na inobservância a lei, será remetido cópia desse ofício as autoridades competentes, tais como: Ministério Público de Contas, Tribunal de Contas, Ministério Público, além das medidas judiciais cabíveis para a plena proteção do direito.

Nestes Termos,

Pede deferimento,

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 2024.



CRISTAL CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES LTDA.
DIRETOR EXECUTIVO
LEONARDO DE JESUS GUSMÃO

E-mail: cristal.juridico@hotmail.com

Endereço: Rodovia Ernani do Amaral Peixoto, nº 23.402, São José do Imbassai – Maricá, Rio de Janeiro. Cep.: 24.900-065

CONTATO:(21)95937-2322